

Alerta Legislação, nº 39 de 28 de set. a 03 de out. 2015
Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ **DECRETO Nº 8.535, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015**

Dispõe sobre a contratação de serviços de instituições financeiras pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

Governo do Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 61.520, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015**

Fixa o calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2016 e o percentual de desconto para pagamento antecipado

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
02/10/2015	<u>LEI Nº 13.166, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2014, com o objetivo de fomentar as exportações do País. <u>DECRETO Nº 8.535, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a contratação de serviços de instituições financeiras pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.
01/10/2015	<u>DECRETO Nº 8.534, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera o <u>Decreto nº 7.560, de 8 de setembro de 2011</u>, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da administração pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO. <u>DECRETO Nº 8.533, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Regulamenta o disposto no art. 9º-A da <u>Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004</u>, que dispõe sobre o crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins relativo à aquisição de leite in natura, e institui o Programa Mais Leite Saudável.

30/09/2015	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 694, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre o imposto sobre a renda incidente sobre juros de capital próprio, a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre os benefícios fiscais do Regime Especial da Indústria Química e para suspender, no ano-calendário de 2016, os benefícios fiscais de que tratam os arts. 19, 19-A e 26 desta Lei. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 693, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, e altera a Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, para dispor sobre o porte de arma de fogo institucional pelos servidores integrantes da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil. <u>DECRETO Nº 8.532, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera os Anexos VIII, IX e XI do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2015.
29/09/2015	<u>LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Mensagem de veto <u>DECRETO Nº 8.531, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2127 (2013), de 5 de dezembro de 2013, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que, entre outras disposições, estabelece embargo de armas à República Centro-Africana. <u>DECRETO Nº 8.530, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2178 (2014), de 24 de setembro de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que trata de combatentes terroristas estrangeiros. <u>DECRETO Nº 8.529, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2207 (2015), de 4 de março de 2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que estende o mandato do Painel de Peritos do Comitê de Sanções relativo à República Popular Democrática da Coreia (Comitê 1718) até 5 de abril de 2016. <u>DECRETO Nº 8.528, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2184 (2014), de 12 de novembro de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o embargo de armas aplicável à Somália. <u>DECRETO Nº 8.527, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015</u>

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2198 (2015), de 29 de janeiro de 2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o embargo de armas aplicável à República Democrática do Congo.

DECRETO Nº 8.526, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2199 (2015), de 12 de fevereiro de 2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que reafirma obrigações impostas aos Estados-membros para combater o terrorismo e o financiamento do terrorismo e para coibir o comércio de armas e materiais conexos com o Estado Islâmico no Iraque e no Levante, com a Frente Al-Nusra e com indivíduos, grupos, empresas e entidades associados à Al-Qaeda.

DECRETO Nº 8.525, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2182 (2014), de 24 de outubro de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o embargo de armas aplicável à Somália.

DECRETO Nº 8.524, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2142 (2014), de 5 de março de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o embargo de armas aplicável à Somália.

DECRETO Nº 8.523, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2136 (2014), de 30 de janeiro de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o embargo de armas aplicável à República Democrática do Congo.

DECRETO Nº 8.522, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2160 (2014), de 17 de junho de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que renova o regime de sanções aplicável ao Talibã e dá outras disposições.

DECRETO Nº 8.521, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2161 (2014), de 17 de junho de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que trata de sanções a indivíduos, grupos, iniciativas e entidades da Al-Qaeda e associados

DECRETO Nº 8.520, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2174 (2014), de 27 de agosto de 2014, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o embargo de armas aplicável à Líbia e autoriza a imposição de sanções a indivíduos e a entidades.

DECRETO Nº 8.519, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2204 (2015), de 24 de fevereiro de 2015, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que altera o regime de sanções sobre o Iêmen para estender o período de aplicação das sanções estabelecidas pela Resolução 2140 (2014).

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2015-CN</u> Altera a Resolução nº 1, de 2006 - CN, para ampliar o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual e dá outras providências.
Presidência da República (PR)	CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND) <u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Propõe à Excelentíssima Senhora Presidenta da República a edição de Decreto autorizando a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, da Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX e da correlata subsidiária integral da Caixa Econômica Federal a ser criada, bem como a designação do Banco do Brasil S. A. como responsável pela execução e acompanhamento do processo de desestatização, nos termos da <u>Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997</u>, e dá outras providências.
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)	SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL (SESI) <u>PORTARIA Nº 60, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015</u> Aprova o Documento de Referência para apresentação de projetos no âmbito da Ação 6702 - Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja gestão está sob a responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social.
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 94, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Cria o Comitê Técnico de Cultura de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), no âmbito do Ministério da Cultura.
Ministério da Educação (MEC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 11, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera dispositivos da Portaria Normativa MEC no 19, de 20 de novembro de 2008, e da Portaria Normativa MEC no 1, de 2 de janeiro de 2015, que dispõem sobre o Programa Universidade para Todos - Prouni.
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 822, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Disciplina o regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico (Simples Doméstico) e dá outras providências. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 812, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u>

	Atualiza monetariamente os preços dos serviços e produtos e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama relacionados no Anexo e no Anexo IX da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.437, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015</u> Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o quarto trimestre de 2015. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) → Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 692, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Publica o Manual FGTS – Movimentação da Conta Vinculada, como instrumento disciplinador do saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. <u>CIRCULAR Nº 693, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015</u> Divulga relação dos municípios e regiões metropolitanas para efeito de enquadramento na tabela de desconto do FGTS e na utilização dos recursos da conta vinculada do FGTS na Moradia Própria. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1.399, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.037, de 28 de julho de 2015, que dispõe sobre a quitação de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em discussão administrativa ou judicial, de que tratam os arts. 1º a 6º da Medida Provisória nº 685, de 21 de julho de 2015.
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera o artigo 109 da Instrução Normativa MPA nº4, de 4 de fevereiro de 2015. (*) (*) <i>Institui o Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo - "Aquicultura com Sanidade".</i>
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.759, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015</u> [...] Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar dos lotes válidos de TODAS AS PRÓTESES IMPLANTÁVEIS fabricadas pela empresa Silimed Indústria de Implantes Ltda. (CNPJ: 29503802/0001-04) e sua filial (CNPJ: 29503802/0007-91) [...] <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.741, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015</u> [...] Art. 1º Determinar a proibição da distribuição e comercialização, em todo o território nacional, do lote 3005 10:18, do produto ÁGUA

	MINERAL NATURAL, marca VALLE VITA, data de fabricação 05/01/2015, data de validade 05/01/2016, produzido por Concessionária Mineração Arroio Bonito Ltda. (CNPJ nº 07.337.486/0001-05). [...] SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES) <u>PORTARIA Nº 243, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre o Curso Introdutório para o Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias e seu conteúdo.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 43, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> Atualiza os preços dos ingressos de acesso às unidades de conservação federais e demais serviços e atividades de uso público.
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.289, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015</u> Altera a Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008, que aprova o Termo de Referência e estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros a Estados, a Municípios e ao Distrito Federal, relativos ao Projovem Trabalhador - Juventude CIDADÃ. <u>PORTARIA Nº 1.288, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito das empresas cujas atividades demandem mão de obra com habilitação técnica específica que impossibilita a Aprendizagem e/ou as que exerçam atividades insalubres e perigosas.
Ministério dos Transportes (MT)	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.868, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015</u> Autoriza a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
03/10/2015	<u>LEI Nº 15.913, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras – APRMATC, suas Áreas de Intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional para a proteção e recuperação dos mananciais

02/10/2015	ATOS DO GOVERNADOR EXTRATO <u>EXTRATO DE CONTRATO</u> Protocolo: CC 110.562-15 - Parecer Jurídico: AJG 805-15 - Partes: o Estado de São Paulo, representado por seu Governador, Geraldo Alckmin, denominado "Estado Sede", e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016, associação civil de natureza desportiva, representado por seu Presidente Carlos Arthur Nuzman - Objeto: definir as regras que disciplinarão a participação do Estado de São Paulo como uma das sedes das competições de futebol durante os Jogos Olímpicos Rio 2016 - Vigência: o prazo de vigência do presente instrumento inicia-se na data de sua assinatura e vigorará até o dia 31-12-2016 - Data de assinatura: 30-9-2015.
30/09/2015	<u>LEI Nº 15.911, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u> Institui a "via rápida" para o procedimento de realização de leilão público de veículos retidos, removidos ou apreendidos <u>DECRETO Nº 61.522, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u> Revoga o Decreto 51.619, de 27 de fevereiro de 2007, que introduz cálculo específico da base de tributação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS em operações com programas de computador <u>DECRETO Nº 61.521, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u> Permite a apropriação integral e de uma só vez do montante correspondente ao crédito do ICMS relativo à aquisição de equipamento SAT - Sistema de Autenticação e Transmissão - nas hipóteses em que especifica <u>DECRETO Nº 61.520, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u> Fixa o calendário para pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA relativamente ao exercício de 2016 e o percentual de desconto para pagamento antecipado <u>DECRETO Nº 61.519, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS e dá outras providências <u>DECRETO Nº 61.518, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u> Suspende, no corrente exercício, a aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986, para os integrantes das carreiras policiais civis em exercício na Secretaria da Segurança Pública
29/09/2015	<u>DECRETO Nº 61.517, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015</u> Altera o § 2º e inclui os §§ 3º e 4º, no artigo 1º, do Decreto nº 39.391, de 18 de outubro de 1994 (*)

	(*) Fixa o valor do honorário pago a título de horas-aula ministradas na Academia de Polícia, da Secretaria de Segurança Pública <u>DECRETO Nº 61.511, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015</u> Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas
26/09/2015	<u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CC/SG/SF/SPG-10, DE 25-9-2015</u> Dispõe sobre a fixação das metas dos indicadores criminais estratégicos do Estado e do desdobramento das metas, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela LC 1.245-2014, para o período correspondente ao 1º semestre de 2015
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP- 120, DE 30-9-2015</u> (...) Artigo 1º - A Subsecretaria de Acompanhamento de Projetos Estratégicos - SAPE da Secretaria da Segurança Pública, atendendo à previsão da LC 1.245/14, procedeu à apuração dos resultados dos indicadores definidos na Resolução Conjunta CC/SG/SF/SPG-9, de 25-09-2015, conforme Nota Técnica anexa. (...)
Agricultura e Abastecimento (SAA)	DEPARTAMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO (Ddd) <u>PORTARIA INTERNA DDD - 78, DE 29-9-2015</u> Dispõe sobre a instauração de Comissão de Ética no uso de animal do Departamento de Descentralização do Desenvolvimento da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
Casa Civil (CC)	FUNDO METROPOLITANO DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (FUMEFI) <u>DELIBERAÇÃO FUMEFI 5-2015</u> APROVA A REVERSÃO DE SALDOS OCIOSOS DIVERSOS AO FUNDO, PARA COBERTURA DE CANCELAMENTOS DE RECURSOS EM RESTOS A PAGAR E REPROGRAMAÇÃO (...) Artigo 1º - Fica aprovada a reversão ao fundo de saldos ociosos de qualquer natureza contratados ou não, para cobertura de cancelamentos de recursos em Restos a Pagar e reprogramação. (...) <u>DELIBERAÇÃO FUMEFI 2-2015</u> APROVA ALTERAÇÕES PARCIAIS NOS PROJETOS/PLANOS DE APLICAÇÃO/DELIBERAÇÕES, QUE ESPECIFICA (...) Artigo 1º - Ficam aprovadas as alterações parciais nos projetos integrantes de Planos de Aplicação/Deliberações/Instrumentos de

	Liberação de Crédito do FUMEFI, mantendo-se ou alterando-se os limites de valor deferidos aos Beneficiários e/ou aos Projetos, na conformidade especificada no Anexo I da presente. (...) <u>DELIBERAÇÃO FUMEFI 1-2015</u> APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO FUMEFI/2015. (...) Artigo 1º - Fica aprovado o Plano de Aplicação FUMEFI/2015, na conformidade do Anexo I da presente Deliberação, beneficiando 11 Municípios e contemplando os projetos especificados, no valor total bruto de R\$ 44.719.565,12, dos quais R\$ 44.250.000,00 provenientes do orçamento do exercício de 2015 – parcela livre de contingenciamento, e R\$ 469.565,12, de recursos extraordinários (Ofícios FUMEFI 333 e 363-2015). (...)
Cultura (SC)	UNIDADE DE ATIVIDADES CULTURAIS → Unidade de Fomento e Difusão da Produção Cultural <u>PORTARIA DFC/UFDPC - 5, DE 29-9-2015</u> Delega a competência, no âmbito do Departamento de Fomento à Cultura, para a subscrição do termo de solicitação de autuação, sobre o qual dispõe o Decreto Estadual 60.334, de 03-04-2014(*), e dá providências correlatas (*) <i>Aprova o Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo para a Administração Pública do Estado de São Paulo, e dá providências</i>
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Coordenadoria da Unidade de Ensino Superior de Graduação <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CESU/CEETEPS Nº 01, DE 17-9-2015</u> Dispõe sobre o processo de admissão de alunos de instituições estrangeiras de ensino superior de graduação nas Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS → Gabinete do Diretor-Superintendente (GDS) <u>PORTARIA CEETEPS-GDS Nº 1092, DE 28-9-2015</u> Estabelece as normas operacionais do Processo Seletivo Vestibular, do 1º Semestre de 2016, para ingresso nos cursos de graduação (presencial e a distância), das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e dispõe sobre assuntos correlatos
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS 21, DE 2-10-2015</u> (...) Artigo 1º - Constituir Grupo de Trabalho, com a finalidade de rever e propor as regras de cofinanciamento estadual de medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade.

Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE-49, DE 30-9-2015</u> Dispõe sobre a continuidade do processo de escolha dos membros do Conselho Estadual de Alimentação Escolar de São Paulo - CEAE/SP para o quadriênio 2015-2019, relativos às vagas para suplentes de cada segmento, remanescentes do processo objeto da Resolução SE 48/2015
Fazenda (SF)	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>PORTARIA CAF-G 00026, DE 30-09-2015</u> (...) Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de SETEMBRO/2015 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala: Dia 06-10-2015 - Celetistas; Dia 07-10-2015 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais. (...) → → Centro de Análise Contábil e Informações GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA <u>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</u> ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A AGOSTO DE 2015 - 4º BIMESTRE: JULHO - AGOSTO
Governo (SG)	UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (APE) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA APE/SAESP 3, DE 14-9-2015(*)</u> Estabelece critérios complementares à Instrução Normativa APE/SAESP 2, de 2-12-2010, para o recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado, visando a efetiva aplicação do Dec. Est. 60.145-2014 (*) Publicado novamente por ter saído com incorreções
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 65, DE 1-10-2015</u> Dispõe sobre a fixação da remuneração mensal nas outorgas, a título precário, de permissão e autorização de uso de imóveis, sob a administração da Secretaria do Meio Ambiente, para instalação de antenas e equipamentos de telecomunicações <u>RESOLUÇÃO SMA 64, DE 30-09-2015</u> Estabelece as condições para a utilização, em caráter excepcional, da captura do caranguejo uçá <i>Ucides cordatus</i> <u>DELIBERAÇÃO CONSEMA NORMATIVA - 1, DE 30-9-2015</u> 334ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema - Dispõe sobre os prazos dos procedimentos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no âmbito do Sistema Ambiental Paulista para empreendimentos, obras e atividades de abastecimento público de água em período de criticidade hídrica, e dá outras providências

Planejamento e Gestão (SPG) Antiga SPDR	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO (CO) <u>PORTARIA CONJUNTA CAF-CCE-CO Nº 3, DE 1-10-2015</u> Altera procedimentos da execução orçamentária e financeira do exercício de 2015, estabelecidos na Portaria CAF-CCE-CO nº1, de 20/01/2015, modificada pela Portaria nº 2, de 01/07/2015
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS 103, DE 1-10-2015</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º da Lei Complementar 846, de 04-06-1998 e dá providencias correlatas <u>RESOLUÇÃO SS - 102, DE 30-9-2015</u> Altera o artigo 3º, da Resolução SS - 56, de 12, publicada em 13 de junho de 2015(*), e dá providencias correlatas. (*) Dispõe sobre a permissão de uso de bens móveis, inclusive veículos e equipamentos, aos Municípios, a Instituições Universitárias de Ensino Médico, para utilização por Hospitais Universitários, a Entidades Públicas, a Entidades Privadas Filantrópicas e a Entidades Privadas sem fins lucrativos, integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS/SP, e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SS – 101, DE 30-9-2015</u> Estabelece a transferência, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Programa “Qualis Mais”, no exercício de 2015 e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS – 100, DE 28-9-2015</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Plano Estadual de Apoio à Desinstitucionalização, de pessoas internadas há mais de um ano nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS – 99, DE 28-9-2015</u> Estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referentes ao Plano Estadual de Apoio à Desinstitucionalização, de pessoas internadas há mais de um ano nos hospitais psiquiátricos do Estado de São Paulo, e dá outras providências.
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-27, DE 21-9-2015</u> Dispõe sobre normas para o ingresso no Programa de Formação Interdisciplinar Superior - ProfIS 2016 e dá outras providências <u>RESOLUÇÃO GR-26, DE 23-9-2015</u> Dispõe sobre os pagamentos de convênios e contratos específicos no âmbito de projetos aprovados pela Agência Nacional do Petróleo (Republicada por ter saído com incorreções.)

Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ ↳ Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) <u>RESOLUÇÃO COCEX-7.119, DE 28-9-2015</u> Desativa o Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão Universitária - Núcleo de Excelência pela Primeira Infância
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>PORTARIA UNESP-433, DE 2-10-2015</u> Dispõe sobre delegação de competência para firmar contrato como desenvolvedor Apple e Google Play para aplicativos de serviços da Unesp <u>RESOLUÇÃO UNESP-60, DE 30-9-2015</u> Dispõe sobre as disciplinas optativas dos cursos de graduação <u>RESOLUÇÃO UNESP-55, DE 28-9-2015</u> Dispõe sobre os procedimentos relativos à transição das direções das Unidades de Dracena, Litoral Paulista, Sorocaba e Tupã <u>RESOLUÇÃO UNESP-54, DE 28-9-2015</u> Altera os incisos VII e VIII do artigo 17 do Estatuto da Unesp <u>RESOLUÇÃO UNESP-53, DE 28-9-2015</u> Altera dispositivos no Estatuto da Unesp <u>RESOLUÇÃO UNESP-52, DE 28-9-2015</u> Dispõe sobre a constituição dos Câmpus Experimentais de Dracena, Litoral Paulista, Sorocaba e Tupã em Unidades Universitárias
Defensoria Pública do Estado (DPE)	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP) <u>DELIBERAÇÃO CSDP 319, DE 25-09-2015</u> Altera a Deliberação CSDP 297, de 08-05-2014, que organiza a política institucional de atendimento às pessoas presas provisoriamente atendidas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
03/10/2015	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 54, DE 2015.</u> Altera dispositivos da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993, relativos às gratificações e diárias dos membros do Ministério Público e dá outras providências. DOE, Legislativo, 03/10/2015, p. 10 <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 53, DE 2015.</u> Altera dispositivos da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo) relativas ao regime de estágio e dá outras providências. DOE, Legislativo, 03/10/2015, p. 9

	<u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 52, DE 2015.</u> Altera as disposições da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo) para instituição de auxílio-saúde e dá outras providências. DOE, Legislativo, 03/10/2015, p. 9 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1317, DE 2015</u> Inclui parágrafo ao Artigo 9º da Lei nº 7.835, de 8 de maio de 1992, que dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos DOE, Legislativo, 03/10/2015, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1316, DE 2015</u> Fica obrigada a inclusão na grade curricular do Ensino Fundamental das Redes de Ensino Público e Privado do Estado de São Paulo as matérias de Educação Moral e Cívica e dá outras providências DOE, Legislativo, 03/10/2015, p. 10
02/10/2015	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1313, DE 2015</u> Institui o Programa Estadual de Acolhimento de Refugiados no Estado do São Paulo. DOE, Legislativo, 02/10/2015, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 1310, DE 2015</u> "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS SUPERMERCADOS, HIPERMERCADOS E/OU CONGÊNERES O SERVIÇO DE EMPACOTADOR NOS CAIXAS DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." DOE, Legislativo, 02/10/2015, p. 12
01/10/2015	MENSAGENS DO GOVERNADOR <u>MENSAGEM A-Nº 071/2015, DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</u> [...] A propositura encontra-se fundamentada nos artigos 47, inciso XVII, e 174, inciso III, da Constituição Estadual, e observa as Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, aprovadas na forma da Lei nº 15.870, de 27 de julho de 2015, nas disposições da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que fixa normas de finanças públicas voltadas à responsabilidade na gestão fiscal. [...] DOE, Legislativo, 01/10/2015, p. 12 PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 2015</u> Mensagem A-nº 072/2015, do Sr. Governador do Estado [...] Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que altera a Lei Complementar nº 1.093, de 16 de

	julho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual. [...] DOE, Legislativo, 01/10/2015, p. 12 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1304, DE 2015</u> Inclui no Calendário Oficial do Estado o "Dia Estadual de Observação de Aves", a ser comemorado, anualmente, no 4º domingo do mês de outubro. DOE, Legislativo, 01/10/2015, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 1303, DE 2015</u> "Dispõe sobre a realização do Teste de Triagem Neonatal, na modalidade ampliada, em Espectromia de Massa em Tandem (EIM), em crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde da rede pública do Estado de São Paulo e dá outras providências." DOE, Legislativo, 01/10/2015, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 1302, DE 2015</u> Torna permanente o Auxílio Financeiro às Instituições Filantrópicas - Santas Casas SUSstentáveis e dá outras providências. DOE, Legislativo, 01/10/2015, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 1301, DE 2015</u> Dispõe sobre a criação no sistema Estadual de ensino do Programa Escola Sem Partido, visando a neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado. DOE, Legislativo, 01/10/2015, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 1300, DE 2015</u> Estabelece a revisão anual da remuneração dos servidores públicos da administração direta e das autarquias do Estado, no período de março de 2014 a março de 2015, em atendimento à Lei Estadual nº 12.391, de 23 de maio de 2006. DOE, Legislativo, 01/10/2015, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 1299, DE 2015</u> Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Financiamento de Crédito Educativo - Nota Fiscal Paulista - e o Fundo para a Educação de São Paulo. DOE, Legislativo, 01/10/2015, p. 12
30/09/2015	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 50, DE 2015</u> Mensagem A-nº 070/2015, do Senhor Governador do Estado Institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Civil - DEJEC, aos integrantes da Polícia Civil do Estado, e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 30/09/2015, p. 15 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1283, DE 2015</u> RETIFICAÇÃO Leia-se como se segue e não como constou:

(...)

Artigo 7º - O Poder Executivo poderá transferir, ao conveniado, eventuais recursos retidos para pagamentos de valores destinados na forma da letra "b", do artigo 5º do [Decreto Federal nº 79.797/77](#), assim como participar em conjunto dos programas sociais referidos nesta lei.

(...)

(Publicado no D.A.L. de 25/09/2015)

[DOE, Legislativo, 30/09/2015, p. 16](#)

PROJETO DE LEI Nº 1297, DE 2015

Torna obrigatória a implementação de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar.

[DOE, Legislativo, 30/09/2015, p. 16](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADO SDG nº 39/2015

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, comunica que em função do crescente número de processos a serem apreciados, as Sessões da Segunda Câmara que se realizam às terças-feiras, a partir do próximo dia 20 de outubro terão início às 10:00 horas.

SDG, 29 de setembro de 2015

SÉRGIO CIQUERA ROSSI

SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

[DOE, Legislativo, 30/09/2015, p. 35](#)

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG Nº 32/2015 (*)

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sua permanente tarefa de orientação a seus jurisdicionados, recomenda a observância de aspectos relevantes na elaboração das leis orçamentárias anuais e demais instrumentos de interesse que podem, assim, ser resumidos:

1. aprimoramento nos procedimentos de previsão de receitas e fixação de despesas na proposta orçamentária, que devem preservar o equilíbrio previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de molde a evitar demasiadas modificações durante sua execução, com tem sido reiteradamente apontado por esta Corte;
2. em razão de recente decisão proferida pelo E. Supremo Tribunal Federal referentemente ao pagamento de precatórios judiciais, a proposta orçamentária deverá conter, no caso do então vigente regime especial, dotação em Sentenças Judiciais para que entre os exercícios de 2016 a 2020 seja quitado o passivo judicial que lhe toca. No caso do regime ordinário, vigora o artigo 100 da Constituição Federal, de tal modo que deveriam ser previstas dotações orçamentárias para quitar os precatórios chegados até 1º de julho último;
3. os projetos orçamentários destinados à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental de que trata a [Lei de Responsabilidade Fiscal](#) deverão constar dos Planos Plurianuais de Investimentos e Leis de Diretrizes Orçamentárias. Caso contrário, deverão constar de leis aditivas àqueles dois outros instrumentos;
4. utilizar com moderação os percentuais permissivos para abertura de créditos suplementares, autorizados na Lei Orçamentária anual e financiados pela anulação parcial ou total de outras dotações;
5. o remanejamento, a transferência e transposição, nos termos da [E.C. nº 85, de 2015](#), estarão sempre dependentes de autorizações legislativas, salvo para as dotações destinadas às atividades de

	ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo; 6. o orçamento será detalhado até o nível do elemento de despesa, assim como quer o artigo 15 da Lei nº 4.320, de 1964 e exige o princípio orçamentário da transparência e especificação do gasto público; 7. a partir da efetiva vigência da Lei nº 13.019, de 2014 os recursos para auxílios, subvenções e contribuições só poderão ser repassados após a formalização dos termos de colaboração ou de fomento; 8. as leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriado. SDG, 17 de agosto de 2015. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 30/09/2015, p. 35 (*) Republicado por ter saído com incorreção Balanços GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO <u>RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL</u> DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2º QUADRIMESTRE DE 2.015 DOE, Legislativo, 30/09/2015, p. 35
29/09/2015	PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO <u>PROPOSTA DE EMENDA Nº 12, DE 2015, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO</u> Dá nova redação ao artigo 141 da Constituição do Estado de São Paulo. Artigo 1º – O artigo 141 da Constituição do Estado de São Paulo, passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 141 - À Polícia Militar, órgão permanente, incumbe, além das atribuições definidas em lei, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. DOE, Legislativo, 29/09/2015, p. 11 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1292, DE 2015</u> Dispõe sobre a utilização de areia descartada de fundição na construção e conservação das estradas e na cobertura de aterros sanitários licenciados. DOE, Legislativo, 29/09/2015, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1291, DE 2015</u> Institui o direito de escolha do consumidor ao acesso ao serviço de profissional de Educação Física como treinador particular de atividade física como seu prestador de serviço particular em estabelecimentos privados no Estado de São Paulo e dá outras providências DOE, Legislativo, 29/09/2015, p. 11 TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

	COMUNICADO GP Nº 05/2015 Lançamento Oficial do IEGM A Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, Conselheira Cristiana de Castro Moraes, tem a honra de convidar para o lançamento oficial do IEGM, índice de efetividade da gestão municipal, quando serão entregues aos Senhores Prefeitos Municipais o 1º Anuário e o Relatório de Desempenho Municipal. Na oportunidade, também será demonstrado o Sistema Push (acompanhamento processual); premiados os vencedores da primeira edição do Concurso Hackaton TCESP – maratona de programação do Tribunal – e, lançado o TCESP DIGITAL. Dia: 05 de outubro de 2015 Horário: 10h00m Local: CENTRO DE CONVENÇÕES REBOUÇAS ENTRADA ESTACIONAMENTO Av. Rebouças, 600 05402-000 - São Paulo - SP ENTRADA PRINCIPAL - Para Pedestres Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 23 05403-000 - São Paulo - SP Publique-se. GP, 15 de setembro de 2015. CRISTIANA DE CASTRO MORAES Presidente DOE, Legislativo, 29/09/2015, p. 19 COMUNICADO SDG nº37/2015 O Tribunal de Contas do Estado comunica que em função do crescente número de processos a serem apreciados, especialmente da elevada quantidade de representações impugnando editais de licitação, as Sessões do Tribunal Pleno que se realizam às quartas-feiras, a partir do próximo dia 7 de outubro, terão início às 10:00 horas, mantidos os dias e os horários das Sessões das Câmaras Julgadoras. SDG, em 16 de setembro de 2015. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 29/09/2015, p. 19
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
03/10/2015	<u>LEI Nº 16.275, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 418/15, DO EXECUTIVO) Dispõe sobre o reajustamento dos limites fixados para os Abonos Complementares e para o Abono de Compatibilização devidos aos Profissionais de Educação, bem como das Escalas de Padrões de Vencimentos dos Quadros dos Profissionais de Educação – QPE, na forma que especifica. <u>LEI Nº 16.274, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 483/12, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Introduz alterações na Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRES

	e disciplina o processo especial de tombamento no Município de São Paulo. <u>LEI Nº 16.273, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 51/15, DO VEREADOR PAULO FIORILO – PT) Dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue e da febre chikungunya.
01/10/2015	<u>LEI Nº 16.272, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015</u> (PROJETO DE LEI Nº 146/15, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Introduz alterações na Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, na Lei nº 15.889, de 5 de novembro de 2013, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, e na Lei nº 14.107, de 12 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e cria o Conselho Municipal de Tributos, bem como estende os prazos a que se referem o “caput” e o § 1º do art. 1º da Lei nº 16.097, de 29 de dezembro de 2014, que instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado de 2014 – PPI 2014.
30/09/2015	<u>DECRETO Nº 56.461, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015</u> Confere nova redação ao artigo 46 do Decreto nº 29.431, de 14 de dezembro de 1990, para o fim de vedar a utilização de placas autolacradas em veículos oficiais da Administração Direta e Indireta do Município de São Paulo.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para **ccivil@sp.gov.br** ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107